

Um Parlamento do tamanho de São Paulo

Os paulistas querem de seu Legislativo debates e votações sintonizadas com a realidade das pessoas; fiscalização eficiente sobre as atividades internas e sobre o Executivo

Rodrigo Garcia



"Painel São Paulo", de autoria do artista plástico Rodrigues Coelho, instalado no Hall Monumental do Palácio 9 de Julho

Por um Parlamento do tamanho de São Paulo foi a frase escolhida, no início de 2005, para sintetizar o programa de trabalho da atual Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A ideia era simples: nosso Estado precisa de (e merece) um Legislativo que debata e vote projetos cada vez mais relevantes para o cidadão e para o bom funcionamento da economia. Também necessita de uma Assembleia capaz de fiscalizar com eficiência, isenção e rigor os atos do Executivo. Ou seja: o Parlamento estadual, para retomar a dimensão que São Paulo requer, deve apenas cumprir de forma plena suas duas grandes atribuições constitucionais: ►►



debater e votar, e fiscalizar. Apenas isso seria, imaginávamos, suficiente para que a Assembléia Legislativa se aproximasse da população; para que os paulistas tivessem clara a relevância da Casa.

O trabalho desta Mesa tem se pautado, então, por assegurar à plenitude o exercício das duas grandes funções da Assembléia Legislativa. Os resultados são palpáveis. Os debates tomaram conta do Parlamento paulista ao longo de 2005. Em poucos meses, dezenas de projetos de grande importância foram debatidos e votados. Destacamos os projetos que visam, por exemplo, reduzir a carga tributária, uma das grandes mazelas de nosso país. Os deputados estaduais paulistas votaram a isenção do ICMS sobre a farinha do trigo e sobre contas de luz de consumidores de baixa renda, assim como a redução do imposto para setores econômicos de destaque, como os produtores de cerâmicas e revestimentos.

A Casa também reafirmou seu compromisso para com a modernização econômica e o respeito ao meio-ambiente, ao debater, melhorar e aprovar projeto de autoria do Executivo, que regulamenta a cobrança de água captada por empresas em rios e mananciais.

Não foi por acaso, então, que a Assembléia voltou a atrair a atenção da imprensa, em função dos projetos votados e das polêmicas travadas.

Fiscalização e eficiência

Três iniciativas adotadas nos últimos meses ampliarão os instrumentos de fiscalização (e, também, de auto-fiscalização) da Assembléia. A primeira delas é o Serviço de Atendimento ao Cidadão, que começará a funcionar em breve, atendendo reclamações sobre a operação dos serviços públicos, para então

encaminhá-las aos órgãos responsáveis. Outra medida importante é a contratação de assessoria especializada, que fará uma avaliação de desempenho do Executivo paulista a partir do cruzamento de dados “investimentos x resultados” (qualitativos e quantitativos) nos diversos setores da administração pública –saúde, educação, transportes etc.. Por fim, decidiu-se contratar o Instituto Via Pública, Organização Não-Governamental (ONG) reconhecida na área social, para aprimorar o Índice Paulista de Responsabilidade Social, criado dentro do Parlamento de São Paulo.

Mais transparência

A decisão firme da Mesa, de aproximar mais o Legislativo dos anseios e necessidades da população paulista, veio acompanhada por um sólido investimento em mecanismos que permitam à comunidade fiscalizar em detalhe a atividade da Casa. Tivemos a determinação –já compartilhada por alguns Parlamentos estaduais– de apresentar aos 40 milhões de habitantes de nosso Estado a prestação de contas das verbas de gabinete dos deputados estaduais. Essa prestação de contas está disponível em nosso Portal, aliás, a grande ferramenta de transparência do Legislativo.

É isso que São Paulo quer de seu Parlamento: debates e votações sintonizadas com a realidade das pessoas; fiscalização eficiente sobre as atividades internas e sobre o Executivo. É assim que se constrói um Parlamento do tamanho de São Paulo. ■

Rodrigo Garcia

Presidente da Assembléia Legislativa
do Estado de São Paulo